**FLORESTAN FERNANDES E OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA: UM
DIÁLOGO SOBRE OBJETO E MÉTODO DA CIÊNCIA SOCIAL****FLORESTAN FERNANDES AND THE CLASSICS OF SOCIOLOGY:
ISSUES ON OBJECT AND METHOD OF SOCIAL SCIENCE.****FLORESTAN FERNANDES Y LOS CLÁSICOS DE LA SOCIOLOGÍA:
UN DIÁLOGO SOBRE EL OBJETO Y EL MÉTODO DE LAS CIENCIAS
SOCIALES**Marcos Paulo Campos¹**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre o objeto e do método próprios da sociologia por meio de um diálogo entre seus formuladores clássicos e o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. O exercício de colocar as concepções dos autores clássicos da sociologia em debate com Florestan Fernandes contribui no sentido de problematizar as influências da tradição fundacional da disciplina no pensamento de um autor marcante na formação e institucionalização do campo sociológico de investigação no Brasil. A análise do conteúdo da bibliografia localizada é o caminho metodológico do artigo. O trabalho assume a postura de não favorecer apartações radicais entre os autores distintos nas categorias clássicos e contemporâneos. Na verdade, este artigo revela a preferência por articular esses pensadores, buscando o caráter sintético e aproximativo de suas formulações. As conclusões apontam para o reconhecimento da complexa relação entre indivíduo e sociedade e da necessidade de articulação entre as metodologias disponíveis e, até mesmo, entre os demais campos do saber para o desvendamento racional e sistemático dos processos sociais.

Palavras-chave: Florestan Fernandes, clássicos, sociologia, objeto, método

ABSTRACT

This article develops a reflection on object and method of sociology itself through a dialogue between its classical formulators and a Brazilian sociologist named Florestan Fernandes. The exercise of placing the conceptions of the classical authors of sociology in relation with Florestan Fernandes contributes in the sense of problematizing the influences of foundational tradition of the discipline in the thought of a striking author in the sociological formation and institutionalization field of investigation in Brazil. The analysis of the content of the localized bibliography is the methodological way of this article. This paper gets the position of not favoring radical distinctions between the different authors in the classic and contemporary categories. In fact, this article reveals the preference for articulating these thinkers, seeking the synthetic and approximate character of their formulations. The conclusions realize to the recognition of the complex relationship between the individual and society and the need for

¹ Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: marcospaulo_campos@yahoo.com.br



articulation between the available methodologies and, even, between the other fields of knowledge for the rational and systematic understanding about social processes.

Keywords: Florestan Fernandes, classics, sociology, object, method.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es desarrollar una reflexión sobre el objeto y el método de la propia sociología a través del diálogo entre sus formuladores clásicos y el sociólogo brasileño Florestan Fernandes. El ejercicio de colocar las concepciones de los autores clásicos de la sociología en debate con Florestan Fernandes contribuye en el sentido de problematizar las influencias de la tradición fundacional de la disciplina en el pensamiento de un autor sorprendente en la formación e institucionalización del campo sociológico de la investigación en Brasil. El análisis del contenido de la bibliografía localizada es el camino metodológico del artículo. El trabajo asume la postura de no favorecer las distinciones radicales entre los diferentes autores en las categorías clásica y contemporánea. De hecho, este artículo revela la preferencia por articular a estos pensadores, buscando el carácter sintético y aproximado de sus formulaciones. Las conclusiones apuntan al reconocimiento de la compleja relación entre el individuo y la sociedad y la necesidad de articulación entre las metodologías disponibles e, incluso, entre los otros campos de conocimiento para el desenlace racional y sistemático de los procesos sociales.

Palabras clave: Florestan Fernandes, clásicos, sociología, objeto, método.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre o objeto e o método da sociologia por meio de um diálogo entre o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995) e os formuladores clássicos da disciplina, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. O exercício de colocar as concepções dos autores clássicos da ciência social em debate com Florestan Fernandes, considerado o fundador da sociologia crítica brasileira e patrono da sociologia no país, contribui no sentido de problematizar as influências da tradição fundacional da disciplina no pensamento de um intelectual marcante na formação e na institucionalização do campo de investigação sociológica no Brasil. Neste trabalho, assumo a postura de não favorecer apartações radicais entre os autores distintos nas categorias clássicos e contemporâneos. Na verdade, aqui revelo a preferência por articular esses pensadores, buscando o caráter sintético e aproximativo de suas formulações. O trabalho está estruturado com uma discussão inicial sobre as particularidades do objeto da sociologia, desenvolve uma pequena digressão aos clássicos da sociologia e desemboca em uma forte explanação sobre as estratégias metodológicas de estudo dos fenômenos sociais. Há também uma sessão que apresenta críticas



mais recentes à forma como o pensamento moderno construiu o objeto e o método da sociologia. Por fim, as conclusões apontam para o reconhecimento da complexa relação entre indivíduo e sociedade e a necessidade de articulação entre as metodologias disponíveis e, até mesmo, entre os demais campos do saber para o desvendamento sistemático dos processos sociais.

2 O OBJETO DE INTERESSE SOCIOLÓGICO

A pressuposição fundamental presente na definição do objeto da sociologia em Florestan Fernandes diz respeito a certa peculiaridade do comportamento social humano. Embora o autor reconheça que o ser humano possui uma constituição biopsíquica, afirma a importância do condicionamento social para a experiência vital do homem comparável, apenas, ao condicionamento biológico para outros animais de vida coletiva. De acordo com Florestan Fernandes,

é inegável que os fenômenos sociais alcançam o máximo de complexidade, de autonomia e de organização nas sociedades humanas. Em nenhuma outra espécie animal a investigação dos fenômenos sociais poderia ser tão frutífera para o conhecimento e a explicação dos diferentes processos sociais (2004, p. 78).

O autor, a despeito da citação acima, faz uma ressalva sobre o estudo sociológico. Esse não se dirige no sentido de compreender as bases sociais da vida coletiva (no sentido que lhe atribui a biologia), mas trata do entendimento do nível sociocultural da vida humana exclusivamente. Nesse sentido, a preocupação do brasileiro aproxima-se da mesma inquietação do francês Émile Durkheim (1858-1917) cuja necessidade de definir os fenômenos de interesse da sociologia se colocou no final do século XIX. Para Durkheim, a disciplina científica do social deve pensar o comportamento humano de forma objetiva, ou seja, nas suas relações de causa e efeito. O objeto de interesse da sociologia são os fatos sociais entendidos como “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem” (2008, p. 33). Não se deve reduzir, segundo Durkheim, os tais fatos sociais a outros da vida orgânica (biológica) coletiva, pois constituem-se de representações culturais e ações próprias da experiência humana não percebidas nas demais formas de vida.



O fundador da sociologia na França ressalta que os fenômenos constituídos de representações não devem ser entregues à investigação eminentemente psicológica, particular ao comportamento individual, pois essa trata de fenômenos psíquicos, ou seja, “que não têm existência senão na consciência individual, e devido a ela” (idem). Durkheim, na expectativa de diferenciar a sociologia da psicologia, afirma a existência de uma ordem de fenômenos produzida na experiência coletiva da vida humana irreduzível ao indivíduo isolado. A realidade própria do social está na sua independência em relação ao indivíduo em si e na sua extrema vinculação às relações entre os indivíduos e naquilo que, construído por eles, na condição coletiva/social, acaba por fazer-se como exigência para a manutenção do todo.

A afirmação de Durkheim, além de demarcar um campo de fenômenos próprios àqueles que se dedicam ao estudo sistemático da sociedade humana, define também um pressuposto fundante da sociologia que pode ser enunciado como *o social se explica pelo social*. Na verdade, a análise dos fenômenos da vida social humana não deve recorrer a indicações de explicação que se constituam sem o reconhecimento de sua especificidade. Incorporando essa perspectiva, Florestan Fernandes sustenta que “a complexidade dos fenômenos sociais se reflete na própria natureza das explanações sociológicas” (2004, p. 83). Tanto em Durkheim como em Florestan Fernandes, portanto, os fenômenos sociais são assim entendidos não só porque são coletivos, como são outras formas de vida social, mas porque, além de coletivos, guardam uma existência *sui generis* em relação a todas as demais formas de vida, ou seja, orientam-se por uma ordem própria/interna/particular daquela experiência para além da justaposição (o simples fato de estar num coletivo) ou de uma programação definida por sua constituição biológica/orgânica/genética.

Florestan Fernandes dizia que “o sociólogo precisa estar preparado para reconhecer, descrever e explicar as diferentes formas e funções assumidas pela interação social” (2004, p. 82). Isso permite colocar a seguinte pergunta: como reconhecer os fenômenos sociais no conjunto dos fenômenos humanos que, empiricamente, apresentam-se imbricados? Durkheim e Fernandes afirmam o reconhecimento dos fenômenos sociais por meio de suas características exteriores. Por sua vez, Durkheim aponta duas características dos fatos sociais indicativas de sua existência: coercitividade e exterioridade. A coercitividade diz respeito ao caráter



impositivo das representações sociais que os indivíduos assumem no processo de interação social, pois “é hoje incontestável que a maior parte das nossas ideias e tendências não são elaboradas por nós, mas antes nos vêm do exterior, elas só podem penetrar em nós impondo-se” (2008, p. 33). A exterioridade indica que o fato social está para o indivíduo como alguma coisa “que não depende unicamente de si próprio” (DURKHEIM, 2008, p. 33) e está para o todo social como elemento constitutivo de sua unidade.

Florestan Fernandes enfatiza o entendimento cuja exclusividade do social pode ser identificada “seja pela evidência de algum grau positivo de tolerância mútua e de interdependência recíproca” (2004, p. 82), indicativas de sociabilidade, ou mesmo pelas características estruturais e funcionais da própria aglomeração que apontam sua forma de associação. Portanto, nas noções de sociabilidade e associação residem a especificidade do social e cabe ao sociólogo estudar suas diferentes formas de expressão a partir da análise sistemática de sua consistência interna ao tecido social.

3 BREVE DIGRESSÃO AOS CLÁSSICOS

A questão da relação entre o indivíduo e a sociedade atravessa todo o pensamento sociológico clássico, resvalando nas formulações de Florestan Fernandes vistas há pouco. É importante, contudo, pontuar as aproximações e distinções entre os autores fundantes da ciência social antes de seguir investigando suas relações com a obra do fundador da sociologia crítica brasileira.

Os trabalhos de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber apresentam contribuições particulares e originais sobre a problemática relação entre ação individual e estrutura social, organizadas, posteriormente, pelo estabelecimento acadêmico da disciplina como um debate intelectual polarizado. Essa polarização, mais aprazível ao ensino de sociologia do que à pesquisa social (BOURDIEU, 2004), não será aqui apresentada exhaustivamente. A breve recuperação da problemática dos clássicos visa demarcar, sobretudo, os temas de discussão, abertos por eles, que foram rerepresentados na obra de Florestan Fernandes.



No polo da estrutura, convém recordar Durkheim como aquele que reconhece uma existência própria da dimensão social na vida humana coletiva não redutível ao indivíduo e, por conseguinte, exterior às consciências individuais. O social é reconhecido como o conjunto dos modos de ser e de estar no mundo, sendo esses modos exteriores e coercitivos à ação individual. O social, nessa perspectiva, se impõe às consciências individuais como uma moral estruturada em regras sociais coesionantes do tecido social. O indivíduo, portanto, tem sua importância reduzida para o entendimento dos fenômenos coletivos. Isso faz com que Durkheim proponha o entendimento dos fenômenos sociais a partir do isolamento das particularidades individuais daquilo que a sociologia analisa. Como se sabe, o objeto de estudo da sociologia, para Durkheim, resulta da interação entre os indivíduos, mas não se reduz a eles, pois tem existência própria. A moral imposta aos indivíduos assegura a reprodução social, sendo a mudança algo que ocorre quando a desregra, a anomia ou os processos de enfraquecimento do regramento social superam a moral que ordenou aquele tecido social até então. A forma de operação dessa anomia foi pouco explorada por Durkheim. O autor dedicou-se mais a seus efeitos que a seu mecanismo de realização.

Em outra acepção, Weber reconhece na ação social o objeto de reflexão da ciência da sociedade. A ação social é aquela em que a atividade do indivíduo no mundo se dá mobilizando sua capacidade de atribuição de sentidos referidos a outros. As ações subjetivamente visadas constroem a realidade social em sua multidimensionalidade. Dessa forma, os limites encontrados nas relações sociais são as ações dos outros com as quais o indivíduo conflita ou se harmoniza. A ação coletiva, longe de ser resultado da incorporação de uma norma moral, resulta do compartilhamento de sentidos por um conjunto de indivíduos e, por essa mesma razão, torna semelhantes seus cursos de ação. Para Weber, as orientações de sentido da ação social podem ter por referência a tradição, a afetividade, a realização de valores éticos ou a consecução de uma finalidade proposital. Contudo, o valor atribuído à produção de sentido pelo autor deduz a permanente invenção do social via atividade criativa do homem. Se for verdade que há criação na comunidade humana, e há, também é verdadeiro que relações sociais no plano econômico, o capitalismo, ou no plano cultural, o machismo, têm sido largamente repetidas e



até organizam com centralidade a sociedade moderna. A criatividade própria ao processo de atribuição de sentidos ao mundo talvez admita uma zona significativa de rotinas.

Marx, por sua vez, entra no debate sobre ação e estrutura mais próximo de uma perspectiva estrutural. Contudo, sua posição é bastante particular. O autor reconhece que os homens, na sua relação com o tempo, fazem a história por meio de suas ações. A história não seria possível sem o agir humano. Porém, a ação humana não se dá como ato voluntário. Ao contrário, a ação se faz frente a determinadas circunstâncias, construídas ao longo do tempo e anteriores à ação do indivíduo, que a ele se apresentam como contexto limitador de possibilidades. Além disso, Marx reconhece que a produção da vida material engendra posições sociais nas quais se localizam os indivíduos e seus agrupamentos. Essas posições estruturadas operam a constituição de classes sociais hierarquizadas e em permanente conflito. O conflito entre esses agrupamentos, constituídos a partir da esfera produtiva, ou seja, a luta de classes, é, para Marx, o norteador do entendimento da ação do homem e das coletividades no mundo. Independentemente de sua vontade particular, o indivíduo opera nas condições e possibilidades historicamente postas pela localização social dos outros, a estrutura social. A estrutura social de que fala Marx, portanto, está impregnada da dimensão relacional, supondo, sem aprofundar detalhadamente, a interação entre os indivíduos como o cerne da fabricação social.

Os autores pós-clássicos também se viram frente à questão fundante da sociologia. Não por acaso, na perspectiva de Bourdieu, o indivíduo interpreta o mundo social estruturado porque isso é necessário para nesse mundo estar. E mais, “as estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas” (2011, p. 435). Essa proposição reforça o papel do coletivo sobre a ação individual pela admissão de que os sistemas simbólicos de estruturação social têm a tarefa de reproduzir o tecido social. Contudo, Bourdieu reconhece que a produção de um mundo inteligível a uma dada comunidade humana pela difusão e incorporação de símbolos comuns é também e, principalmente, a produção de uma ordem política de homogeneização de posições de domínio social, cultural e econômico.



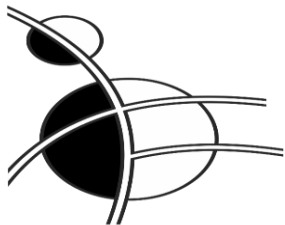
A compreensão ampliada daquilo que Bourdieu considera a dimensão classificatória da luta de classes, tão falada por Marx, tem dificuldade em explicar, embora admita, a mudança social. Isso fica a cargo de inovações individuais com mecanismos nem sempre bem explicados. Talvez, essa dificuldade seja compreensível pelo fato de Bourdieu não reconhecer nos agentes uma racionalidade ou uma reflexividade em sua ação prática no mundo social. Para isso, o autor teria que admitir ser o processo de incorporação individual dos esquemas geradores das práticas acompanhado de possíveis interferências criativas naquela projeção social em vias de inculcação. Ou ainda, Bourdieu teria que trabalhar com a possibilidade do contato social entre os indivíduos possuírem uma faculdade inventiva, irreduzível ao indivíduo isolado, capaz de alterar a estruturação do campo social em que o próprio contato se realiza sem que essa alteração seja um ato voluntário individual, mas uma criação coletiva genuína e interpretável.

Como se pode perceber, nesse breve retorno aos clássicos, a interação, a mudança e a rotina são preocupações supostas em perspectivas cujas ênfases ora privilegiam a estrutura social ora privilegiam a ação individual. Nesses supostos, reside o investimento dos continuadores da sociologia, incluindo Florestan Fernandes.

4 O MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO DO SOCIAL

Após a formulação do objeto de interesse sociológico, a partir da afirmação da sua existência e particularidade, Florestan Fernandes discorre sobre a possibilidade da sociologia assumir o estatuto de ciência. O autor aponta o caráter científico da sociologia porque suas explicações asseguram-se em dados levantados empiricamente mediante técnicas de observação e coleta reprodutíveis por qualquer outro pesquisador da disciplina e porque suas explicações, embora referidas a contextos circunscritos, possuem validade universal como explicação daquela realidade investigada.

O exposto novamente aproxima Florestan Fernandes e Durkheim. Nesse sentido, Durkheim afirma o caráter científico da sociologia no interesse dessa por entender os fenômenos sociais tal como são e não, como seria na filosofia, tal como eles deveriam ser. Além disso, Durkheim compreende os fatos sociais como dados objetivos inclusive, como colocado acima, são eles a única matéria da investigação sociológica. A especificidade inerente ao social



que lhe confere estatuto de realidade *sui generis* e a objetividade própria do estudo sobre o social – que Durkheim radicaliza na analogia dos fatos sociais como coisas, ou seja, como algo que existe como objeto de realidade - demarcam um campo particular válido na produção geral de conhecimento científico classificado como sociologia.

Se, até agora, pude apontar as aproximações entre Florestan Fernandes e Durkheim, seja na preocupação em definir o objeto de interesse da sociologia seja na afirmação de sua cientificidade, reconheço que a discussão sobre a metodologia de investigação e a própria natureza da explicação sociológica apresentam divergências entre o brasileiro e o francês, bem como, abrem interlocuções entre Florestan Fernandes e os dois formuladores alemães do pensamento clássico da disciplina, Marx e Weber.

O estudo sociológico, imediatamente, depara-se com a multiplicidade de variáveis que estão postas em conjunto na realidade social e que precisam ser reunidas no processo investigativo. Essa reorganização das diversas nuances dos fenômenos sociais pelo pensamento sociológico no processo investigativo não se processa do mesmo modo da apropriação dos objetos de estudo nas ciências naturais. Florestan Fernandes diz que “poucas são as explicações sociológicas que cabem na categoria de ‘leis’, tal como esta é entendida no campo das ciências exatas” (2004, p. 84). Isso porque as uniformidades e as regularidades com as quais trabalha o sociólogo variam de um contexto social para outro e dependem da maneira como o próprio investigador “abstrai e manipula, interpretativamente, certos aspectos dos fenômenos sociais” (2004, p. 84).

A posição que o autor assume nas citações acima afasta-o da formulação durkheimiana cuja pretensão de validar a produção de conhecimento sociológico no campo das ciências acabou por desembocar numa formulação em que o estatuto de cientificidade da sociologia e de sua forma de análise adviria de sua semelhança com o método das ciências naturais. “O nosso objetivo é estender ao comportamento humano o racionalismo científico [método único da ciência], mostrando que, se analisarmos no passado, ele é redutível a relações de causa a efeito” (DURKHEIM, 2008, p. 13).



Se, de um lado, o afastamento da proposição durkheimiana é evidente, por outro, a aproximação com a formulação weberiana se apresenta. Nesse sentido, Florestan Fernandes assume como pressuposto de pesquisa a idéia da centralidade do pesquisador como agente da produção do conhecimento, recuperando uma discussão enunciada por Weber (1864- 1920). Esse pensador entendia que a tarefa do sociólogo é atribuir sentido e significado aos contextos socioculturais. A atribuição de significação aos fenômenos observados na sociologia não se realiza, segundo Weber, nos marcos das demais ciências. Como ele mesmo diz, “nas ciências sociais se trata da intervenção de fenômenos *espirituais* [que implicam subjetividade], cuja ‘compreensão’, por revivência constitui uma tarefa especificamente diferente da que poderiam, ou quereriam, resolver as fórmulas do conhecimento exato da natureza” (2004, p. 90). A produção de conhecimento sobre a vida social não se dá fora de idéias culturais do próprio analista.

Além de imprimir ao estudo sociológico uma especificidade metodológica – não somente uma especificidade relativa ao objeto de interesse como fez Durkheim – Weber indica uma centralidade do analista frente ao processo de produção de conhecimento sobre o social. A implicação do sujeito pesquisador é um pressuposto para Weber, pois é o analista que escolhe, por seu arbítrio, o fragmento da realidade que busca conferir significação. A escolha do fragmento é uma operação necessária, visto que Weber entende a realidade social como infinita e multidimensional, porém arbitrária porque guarda uma dimensão subjetiva da preferência do analista por um certo conjunto de fenômenos socioculturais dignos de significação e não por outros. Isso afasta Weber, e também Florestan Fernandes, de Durkheim que afirma como postulado inicial do tratamento sociológico do social o afastamento das pré-noções ou das construções culturais sobre o fenômeno produzidas anteriormente à investigação enquanto o alemão admite que a motivação e a escolha dos fenômenos de investigação está permeada pelas tais construções culturais anteriores aos estudos e constitutivas do interesse do analista.

A defesa que Weber faz da especificidade do método em sociologia e da impossibilidade de produção de conhecimento sociológico absolutamente livre de pressupostos não o impede de afirmar a cientificidade da disciplina. Para Max Weber,



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

o conhecimento científico-cultural tal como o entendemos encontra-se preso, portanto, a premissas “subjetivas” pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentem alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos uma significação cultural. Mas apesar disso, continua a ser um conhecimento puramente causal, no mesmo sentido que o conhecimento de eventos naturais significativos e individuais dotados de caráter qualitativo (2004, p.98)

Diante da especificidade dos fenômenos sociais e da forma eminentemente implicada do pesquisador interessado nos tais fenômenos, como fica a explanação sociológica de seus resultados de análise? Para essa pergunta, a resposta de Fernandes se coloca na tensão entre “generalização empírica” e “explicação causal”. Diz o autor que “todas as explicações sociológicas possuem natureza nomotética” (2004, p. 84), pois a exploração rigorosa das uniformidades e regularidades caracterizadas empiricamente são consubstanciadas numa generalização. Entretanto, há limitações da generalização em sociologia devido ao fato de que “ela focaliza os processos sociais em determinados níveis de integração e diferenciação” (2004, p. 84) e isso restringe seu alcance geral.

O exposto acima aponta que Florestan Fernandes articula concepções sobre os resultados da pesquisa em sociologia advindas, novamente, do pensamento clássico. Durkheim assume que o meio social é o elemento determinante dos comportamentos humanos e, em consequência disso, aponta que “o problema sociológico consiste, portanto, e sobretudo, em encontrar as propriedades desse meio que têm mais influências sobre os fenômenos sociais” (2008, 104). Nesse sentido, a formulação do francês indica que o resultado da produção do conhecimento da vida social concorreria para alguma generalização fundamentada nos elementos empiricamente verificados. Vale dizer, que Durkheim advoga ser a generalização uma construção final do processo de investigação e não o contrário, inclusive critica seus contemporâneos quando tudo o que produzem depende do postulado que assumem no início do trabalho de pesquisa.

Weber, por sua vez, fala de certa ingenuidade do analista que credita ao seu trabalho um valor de objetividade absoluta (pura), porque desde o início ideias de valor culturais estão presentes na investigação sociológica. Na verdade, segundo o autor, a tarefa do sociólogo está



em “compreender a realidade da vida que nos rodeia (...); por um lado, as conexões e a *significação* cultural das suas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo” (2004, p. 88). Contudo, embora reconheça que o trabalho do sociólogo está embebido, inevitavelmente, de idéias de valor, Weber afirma a dimensão objetiva do estudo sobre o social quando diz: “a ciência social que pretendemos praticar é uma ciência da realidade”, embora a tal ‘realidade’ com a qual trabalha a sociologia guarde uma especificidade - já apontada na sessão inicial deste trabalho no pensamento de Fernandes e Durkheim - cujo elemento central consiste em ser constituída por idéias de valor culturais (WEBER, 2004).

Florestan Fernandes, ao dialogar com Durkheim e Weber, afirma:

o que importa é assinalar que qualquer modalidade de explanação sociológica, da ‘generalização empírica’ à ‘explicação causal’, representa conceptualmente a realidade através de propriedades que são essenciais para a descrição empírica pura da ordem existente na manifestação dos fenômenos sociais (2004, p. 85)

Conforme a citação indica, Florestan Fernandes assume a generalização e a explicação causal como dimensões da reconstrução da realidade na sociologia. Entendo que, ao reconhecer o trabalho do sociólogo como uma reconstrução da realidade social a partir de categorias próprias do pensamento sistemático, Florestan Fernandes passa a dialogar com o terceiro formulador clássico do pensamento social, Karl Marx (1818-1883). Esse fala de um processo de apropriação da realidade pelo pensamento que é, em si, uma recriação da realidade pelo ato de pensar. Marx aponta para uma “maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual” (1977, p. 219), ou seja, tomar a realidade numa abstração que acaba por recompor a realidade pensada nas suas relações e nexos de sentido. Ao falar do método da economia política, Marx enfatiza os elementos da realidade como as provocações e as matérias da reflexão e que o pensamento científico seria uma forma particular de apreender o real “do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático” (1977, p. 219).



Segundo Florestan Fernandes, uma das contribuições de Karl Marx está em compreender que os processos sociais investigados “envolvem consciência social das condições histórico-sociais de existência e organização do comportamento coletivo, segundo polarizações orientadas no sentido da conservação ou da alteração da ordem social estabelecida” (2004, p. 98). Contudo, a formulação de Marx não se apresenta apenas no enunciado apontado acima, mas também na própria experiência do autor no ofício da pesquisa, explicitada no prefácio da obra “Contribuição à Crítica da Economia Política” (1977). quando admite que foi na condição de redator de um jornal que a questão das relações econômicas e sociais se apresentaram ao seu pensamento. Para o autor, o método de estudo dos fenômenos sociais “consiste em elevar-se do abstrato ao concreto”, ou seja, tomar pela reflexão a realidade imediatamente confusa (abstrato) e, por sucessivas avaliações de pensamento, desvelar os processos que, de fato, resultam naquela dada formação histórico-social (concreto pensado). Portanto, a realidade está presente, confusa ou decifrada, desde o início do processo de pesquisa. Nas palavras de Marx: “no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro” (1977, p. 219).

Marx e Weber podem ser apontados como autores que reconhecem a especificidade da produção do conhecimento sociológico como um trabalho de aproximação com uma realidade multifacetada. Segundo Weber, ao enveredar pela tentativa de compreender a vida social o analista se dá conta de que seu objeto de interesse se apresenta “sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente” (2004, p. 88). Essa diversidade, de que fala Weber, se mantém “mesmo quando prestamos a nossa atenção, isoladamente, a um único objeto” (2004, p. 88). Karl Marx sustenta que,

o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (1977, p. 220)

Os clássicos da sociologia e Florestan Fernandes convergem na afirmação de que o sociólogo trata de observar a vida social de modo distinto, numa ruptura com o senso comum.



Para Fernandes, “toda cultura dispõe de técnicas de explicação do mundo, cujas aplicações são muito variadas” (2004, p. 102). Contudo, não são as formas de explicação do mundo próprias de uma cultura particular que serão utilizadas em sociologia. Na verdade, a ruptura com essas construções é uma operação inicial e permanente do sociólogo diante da investigação do social. Inclusive, para romper com as noções do senso comum, uma das tarefas necessárias é a construção de objetos particulares de estudo sistemático. Durkheim aponta como primeiro passo do trabalho sociológico o afastamento das pré-noções, segundo ele, essa operação “é, aliás, a base de qualquer método científico” (2008, p. 54). Weber afirma a constituição de fragmentos de interesse sociológico como algo necessário ao estudo de uma realidade infinita, portanto “todo conhecimento reflexivo da realidade infinita (...) baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica” (2004, p. 88). Marx, por sua vez, realiza a operação de definir o interesse de investigação nas primeiras linhas do prefácio da obra “Contribuição para a Crítica da Economia Política” quando elenca os elementos de seu interesse no estudo da economia burguesa.

A discussão sobre a constituição de objetos de estudo em sociologia não encerra com debate apontado acima, ao contrário, é, ainda hoje, uma operação das mais complexas do trabalho sociológico. Não por acaso, Pierre Bourdieu (2004) aponta a construção do objeto como a operação mais importante da pesquisa, pois representa a realidade que atrai o interesse do pesquisador.

5 CRÍTICAS RECENTES À SOCIOLOGIA MODERNA

O debate entre Florestan Fernandes e os clássicos do pensamento sociológico não encerrou a polêmica sobre o objeto e o método da disciplina. Um exemplo disso é o investimento analítico de Boaventura de Sousa Santos (2000) na crítica à ciência moderna e no delineamento de um paradigma emergente em sociologia que ele nomeia como *conhecimento prudente para uma vida decente*. Isso se dá porque o autor português acredita ter desaparecido o colonialismo como relação política, devido ao processo de descolonização ocorrido ainda no



século passado, mas haver permanência do colonialismo como relação social e postura epistêmica. Sendo assim, a produção de conhecimento é reconhecida por Boaventura Santos como espaço privilegiado de manutenção da razão moderna embora seja difícil tal percepção pela própria comunidade científica. Por isso, a necessidade do investimento crítico até mesmo em disciplinas como a sociologia. Além desse motivo, a preocupação em produzir uma forma de pensar vinculada à utopia de transformação social deve considerar a impossibilidade de construção de estratégias para a emancipação a partir dos cânones da ciência moderna, pois esses têm como destino último de toda produção criativa a regulação.

Um aspecto importante a ser pontuado é a discussão feita por Boaventura sobre as perspectivas críticas produzidas na modernidade e na sociologia. Para o autor, até mesmo o pensamento emancipatório da modernidade continha ausências não mais aceitáveis no contexto atual. O marxismo, como paradigma emancipatório elaborado nas lutas internas ao mundo moderno, investiu toda sua potencialidade crítica na questão da igualdade e acabou por negligenciar a questão da diferença como elemento de reflexão intelectual e ação política. Isso faz com que a classe trabalhadora apreça como universal e processos como a acumulação primitiva de capital, que seguem ocorrendo na periferia do capitalismo (LUXEMBURG, 1985), sejam tratadas como ocorrências circunscritas ao passado europeu. As lógicas de contínua exploração e a multiplicidade de sujeitos da exploração não integram o objeto sociológico sempre visto como unificado idealmente seja no indivíduo weberiano seja na classe social marxista.

Para Boaventura de Sousa Santos, “a auto-reflexividade é a atitude de percorrer criticamente o caminho da crítica” (2000, p. 16). Essa afirmação implica ao paradigma emergente – defendido pelo sociólogo português, mais recentemente, como *epistemologias do sul*, em referência ao pensamento crítico do Sul global – uma constante vigilância com relação ao próprio conhecimento produzido a partir dos novos referenciais. É a certeza da incompletude do saber e do caráter inesgotável da experiência humana que impõe ao conhecimento prudente estar sempre aberto às surpresas da história e da ação humana. É a autocrítica sobre a lógica da crítica para o reconhecimento e convivência criativa com seus limites e possibilidades.



A possibilidade de fazer da sociologia um caminho para a crítica e a intervenção social estava no pensamento de Florestan Fernandes (1976) e esteve, principalmente, em sua vida pública. Neste artigo, contudo, a vida pública do sociólogo brasileiro não está em foco. Mas não custa reafirmar que a produção crítica contemporânea, incluindo os trabalhos de Boaventura Santos, estão em diálogo intelectual com o patrono da sociologia brasileira.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO

Entendo que o exercício de colocar as concepções dos autores clássicos da sociologia em debate com Florestan Fernandes contribui no sentido de problematizar as influências da tradição da disciplina no pensamento de um sociólogo marcante na formação e institucionalização do campo sociológico de investigação no Brasil. Vale dizer, que aqui também revelo uma postura de não trabalhar com apartações radicais entre os autores distintos nas categorias clássicos e contemporâneos. Na verdade, esse texto revela uma inquietação e a preferência por reflexões que preferem articular os pensadores, privilegiando o caráter sintético do diálogo intelectual.

Para além do exposto, outros diálogos são possíveis. Dediquei meu olhar às concepções no plano epistemológico e metodológico dos autores. Essa reflexão está ainda incompleta por causa da riqueza da produção de cada formulador aqui trabalhado. Contudo, espero ter aberto uma discussão entre os tais pensadores, pontuando elementos que levem a novos diálogos. O próprio Florestan Fernandes não refutava a experiência, ao contrário, foi no diálogo com os clássicos – embora, em certos momentos de sua vida, tenha privilegiado um ou outro – que acabou produzindo sua obra. Segundo Fernandes, “cada disciplina científica possui problemas específicos, que precisam ser enfrentados e resolvidos por meios próprios” (2004, p. 90). Por isso, impõe-se o diálogo entre os seus integrantes como condição do refinamento e da complexidade que se fazem necessários para dar conta dos objetos que a ciência social pretende investigar.

Marx, Durkheim e Weber admitem que é o exercício do confronto com a realidade e a tentativa de desvendar/explicar/compreender suas relações e nexos de constituição que garantem a experiência da produção do conhecimento sociológico. Para Florestan Fernandes, é

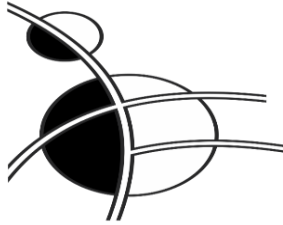


esse exercício de exploração sistemática da realidade social, valendo-se de teorias e métodos explicitáveis, que coloca a sociologia no patamar de reflexão científica. Segundo o autor, “como acontece em qualquer ciência, os métodos sociológicos podem ser aplicados à investigação e à explicação de qualquer fenômeno social particular” (2004, p. 101). Vale dizer, que o autor aponta um outro diálogo também salutar: o diálogo com outras disciplinas que também investigam o social. Como Florestan mesmo diz, “a sociologia não é uma ciência única nem cuida sozinha de seu objeto” (2004, p. 100). E assim afirma a necessária articulação da sociologia com outros campos de investigação científica do comportamento social humano. Além disso, por entender que a sociologia assume, na sociedade urbano-industrial, um lugar de privilégio frente a outros sistemas de pensamento, o sociólogo crítico brasileiro indica a impossibilidade de se abandonar o diálogo entre a disciplina e o campo de reflexão da ética filosófica no sentido de pensar as finalidades e os usos dos conhecimentos produzidos na pesquisa sociológica.

Por hora, encerro esta discussão. Contudo, mantenho a certeza de que sua fecundidade, nem de perto, está esgotada.

REFERÊNCIAS

- SANTOS, Boaventura Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- FERNANDES, Florestan. A Sociologia: objeto e principais problemas. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

WEBER, Max. **A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais**. In: COHN, G. (org.). Weber. 7ª. São Paulo: Ática, p. 79-127, 2004. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, p. 3-35, 1991.